

SUMÁRIO

Título XXXVII – A Teoria Geral dos Procedimentos Especiais

Capítulo CLXX – A Teoria Geral dos Procedimentos Especiais 41 ***Cândido Rangel Dinamarco***

2.551.	o estado da doutrina acerca dos procedimentos especiais	41
2.552.	o valor sistemático do procedimento e das normas procedimentais	42
2.553.	o quadro geral dos procedimentos especiais no processo civil brasileiro	44
2.554.	só no processo de conhecimento	45
2.555.	sobre os pressupostos de admissibilidade do julgamento do mérito	45
2.556.	os elementos estruturais básicos	45
2.557.	as garantias constitucionais do processo	46
2.558.	os procedimentos especiais adequados segundo a relação de direito material em questão	47
2.559.	as especificidades dos procedimentos especiais e a aplicação das normas gerais	47
2.560.	os negócios jurídicos processuais	48
2.561.	entre os procedimentos especiais e o comum – a indisponibilida- de do procedimento	48
2.562.	a conversão de alguns procedimentos especiais ao comum	49
2.563.	visão panorâmica dos procedimentos especiais no direito proces- sual civil brasileiro	50
2.564.	procedimentos especiais e processos especiais – dois conceitos que não se confundem	51

Capítulo CLXXI – Processo, procedimentos especiais e tutela diferenciada 53

Luíza Gonzaga Drumond Cenachi

2.565.	processo e procedimento – conceitos.....	53
2.566.	procedimento comum, tutela jurisdicional diferenciada e a razão de ser dos procedimentos especiais.....	56
2.567.	processos ou procedimentos especiais?	58
2.568.	síntese conclusiva e um convite à reflexão: estamos caminhando para o fim da tipificação dos procedimentos especiais?.....	60
	Referências Bibliográficas	63

Título XXXVIII – Os procedimentos especiais regidos pelo Código de Processo Civil

Capítulo CLXXII – Ação de consignação em pagamento.....67

Antônio Carlos Marcato

I – Introdução.....	67
2.569. o pagamento por consignação como modo anormal de extinção da obrigação.....	67
2.570. situações autorizadoras do pagamento por consignação.....	68
2.570.1 recusa do credor	68
2.570.2 inércia do credor.....	69
2.570.3 credor incapaz, desconhecido, ausente ou em local desconhecido ou inacessível	69
2.570.4 dúvida quanto à titularidade do crédito	70
2.570.5 litígio sobre o objeto do pagamento	70
2.570.6 outras hipóteses de pagamento por consignação	71
2.571. depósito extrajudicial e hipóteses de cabimento.....	71
2.571.1 requisitos do depósito extrajudicial	71
2.571.2 a realização do depósito extrajudicial.....	72
2.571.3 o depósito extrajudicial de aluguel e encargos da locação ...	74
II – A ação de consignação em pagamento	74
2.572. extinção da obrigação pela via judicial.....	74
2.573. a ação de consignação em pagamento	75

2.573.1	legitimidade ativa	75
2.573.2	legitimidade passiva	75
2.574.	foro e juízo competentes	75
2.574.1	critérios determinativos da competência de foro.....	76
2.574.2	a relatividade da competência para a ação consignatória..	76
2.574.3	a existência de litisconsórcio passivo	76
2.575.	ação de consignação em pagamento e prestações sucessivas	77
2.575.1	pedido implícito de prestações sucessivas	77
2.575.2	consignação de prestações sucessivas.....	77
2.576.	valor da causa.....	78
2.577.	depósito judicial	78
2.577.1	efeitos do depósito judicial	79
2.578.	citação do réu	80
2.579.	direito de escolha da coisa devida.....	81
2.580.	defesas do réu.....	81
2.580.1	a defesa indicada no inc. I	81
2.580.2	a defesa indicada no inc. II	82
2.580.3	a defesa indicada no inc. III.....	82
2.580.4	a defesa indicada no inc. IV.....	83
2.581.	complementação do depósito	84
2.581.1	a não complementação do depósito e suas consequências.....	85
2.582.	ação de consignação em pagamento fundada na dúvida quanto à titularidade do crédito	86
2.582.1	posturas dos réus	87
2.583.	natureza da sentença	88
2.584.	enfitese civil e enfitese administrativa: resgate do aforamento.....	88
Capítulo CLXXIII – Ação de exigir contas		91
<i>Bruno Vasconcelos Carrilho Lopes</i>		
2.585.	especialidade do procedimento	91
2.586.	direito de exigir contas e dever de prestá-las	92
2.587.	legitimidade <i>ad causam</i> e interesse de agir.....	93

2.588.	petição inicial.....	94
2.589.	resposta do réu	94
2.590.	julgamento da primeira fase.....	95
2.591.	início da segunda fase	96
2.592.	as contas, sua impugnação e a prova pericial	96
2.593.	julgamento da segunda fase	97

Capítulo CLXXIV – Ações possessórias..... 99

Heitor Vitor Mendonça Sica

2.594.	esclarecimentos iniciais	99
2.595.	estrutura do capítulo	100
2.596.	conceito de posse	101
2.597.	objeto da posse.....	104
2.598.	classificações da posse	105
2.599.	efeitos da posse	109
2.600.	proteção da posse	109
2.601.	fungibilidade das ações possessórias	110
2.602.	legitimidade ativa.....	111
2.603.	legitimidade passiva.....	113
2.604.	petição inicial.....	115
2.605.	procedimento.....	116
2.606.	tutela provisória para reintegração ou manutenção de posse de força nova.....	117
2.607.	tutela provisória para reintegração ou manutenção de posse de força velha em razão de urgência ou evidência	120
2.608.	tutela provisória liminar no interdito proibitório	121
2.609.	defesas do réu (duplicidade da ação e “contestação com conteúdo reconvencional”).....	121
2.610.	proibição da “exceção de domínio”	123
2.611.	ações possessórias contra coletividades.....	125
2.612.	função social da posse como requisito para a tutela possessória?	128

Capítulo CLXXV – Ações de divisão e de demarcação de terras particulares..... 131

João Cánovas Bottazzo Ganacin

2.613.	considerações introdutórias.....	131
--------	----------------------------------	-----

2.614.	traços comuns das ações demarcatória e divisória.....	132
2.615.	forma de citação e prazo para defesa	134
2.616.	procedimentos bifásicos.....	135
2.617.	custo do processo nas ações demarcatória e divisória	136
2.618.	cabimento da ação demarcatória.....	137
2.619.	legitimidade para a ação demarcatória.....	138
2.620.	as duas fases da ação demarcatória.....	139
2.621.	cabimento da ação divisória.....	143
2.622.	legitimidade para a ação divisória.....	145
2.623.	as duas fases da ação divisória.....	146
2.624.	indenização por usurpação de terreno.....	150
2.625.	cumulação de ação demarcatória com ação divisória	151
	Referências Bibliográficas	151

Capítulo CLXXVI – Ações de apuração de haveres e de dissolução parcial de sociedade

155

Maurício Giannico | Francisco Ettore Giannico Neto

2.626.	dissolução parcial da sociedade no ordenamento jurídico brasileiro: breve digressão histórica	155
2.627.	dissolução parcial da sociedade x apuração de haveres: pretensões distintas e por vezes autônomas.....	158
2.628.	críticas terminológicas à expressão “dissolução parcial”	160
2.629.	procedimento e a medida de sua real especialidade.....	161
2.630.	sociedades sujeitas à dissolução parcial.....	163
2.631.	legitimidade ativa.....	166
2.631.1	legitimidade ativa do espólio e dos sucessores (CPC, art. 600, incs. I e II)	166
2.631.2	legitimidade ativa da sociedade (CPC, art. 600, incs. III e V).....	168
2.631.3	legitimidade ativa do sócio retirante, dissidente ou excluído (CPC, art. 600, incs. IV e VI).....	170
2.631.4	legitimidade ativa do ex-cônjuge ou ex-companheiro do sócio (CPC, art. 600, par. ún.)	171
2.632.	legitimidade passiva.....	172
2.633.	causa de pedir.....	175
2.634.	pedido.....	176

2.635.	critérios para a apuração de haveres e pagamento	177
2.636.	julgamento das ações de dissolução e de apuração de haveres: natureza das decisões, honorários e recursos	182
	Referências Bibliográficas	183

Capítulo CLXXVII – Inventário, partilha

e arrolamento	187
----------------------------	------------

Paulo Cezar Pinheiro Carneiro

2.637.	considerações iniciais.....	187
2.638.	legitimidade para requerer o inventário	188
2.639.	inventariante e primeiras declarações	190
2.639.1	o inventariante e o termo de compromisso.....	191
2.639.2	a representação judicial do espólio	191
2.639.3	a administração do espólio.....	191
2.639.4	as primeiras e as últimas declarações	192
2.639.5	conteúdo das primeiras declarações.....	192
2.639.6	remoção do inventariante	194
2.640.	citações e impugnações.....	195
2.640.1	a atuação da Fazenda Pública como parte.....	196
2.641.	avaliação e cálculo do imposto	197
2.641.1	impugnação à avaliação	198
2.641.2	declarações finais	199
2.642.	colações.....	199
2.643.	pagamento das dívidas	200
2.644.	partilha	201
2.644.1	a manifestação das partes sobre o esboço da partilha	202
2.644.2	o pagamento do imposto de transmissão e as certidões negativas são condições para sentença de partilha?	202
2.644.3	o formal de partilha.....	203
2.645.	arrolamento	204
2.645.1	possibilidade de conversão do inventário em arrolamento sumário.....	205
2.645.2	arrolamento comum – cabimento e procedimento	205

Capítulo CLXXVIII – Oposição	207
<i>Clarisse Frechiani Lara Leite</i>	
2.646. conceito.....	207
2.647. histórico do instituto no sistema brasileiro – a oposição interven- tiva e a oposição autônoma.....	209
2.648. intervenção de terceiro em sentido amplo, veiculada mediante processo incidente.....	212
2.649. demanda de terceiro veiculada espontaneamente mediante exer- cício de direito de ação	216
2.650. direitos e pretensões em jogo: a incompatibilidade como requisi- to para a oposição.....	216
2.651. processo de conhecimento <i>inter alios</i> pendente em primeiro grau de jurisdição.....	218
2.652. competência absoluta do juízo de origem.....	220
2.653. litisconsórcio passivo necessário (e, em parte, unitário) entre autor e réu do processo de origem	221
2.654. facultatividade da via especial da oposição: riscos e benefícios a serem avaliados pelo terceiro.....	225
2.655. facultatividade da oposição e não formação do litisconsórcio necessário.....	226
2.656. especificidades do procedimento especial da oposição	227
2.657. propositura da demanda e distribuição por dependência	228
2.658. citação dos opostos na pessoa dos representantes e apresentação de defesa.....	229
2.659. princípio da aquisição e mitigação dos efeitos da revelia.....	231
2.660. instrução probatória conjunta para formação de juízo fático único....	232
2.661. excepcional suspensão do processo de origem para aguardar a instrução em separado da oposição.....	233
2.662. reconhecimento unilateral do pedido por algum dos opostos.....	234
2.663. julgamento conjunto.....	236
2.664. relação de antecedência entre pretensões: prejudicialidade.....	238
2.665. recorribilidade	241
2.666. limites da devolução recursal.....	243
2.667. limites subjetivos da eficácia e da estabilidade das decisões	245
2.668. confronto com os embargos de terceiro	248

Capítulo CLXXIX – Habilitação 251***Helena Najjar Abdo***

- 2.669. morte, suspensão do processo e sucessão da parte 251
- 2.670. transmissibilidade do direito ou da obrigação 253
- 2.671. dupla legitimidade..... 255
- 2.672. processamento da habilitação direta e da apartada 256
- 2.673. natureza da decisão sobre o pedido de habilitação 260

Capítulo CLXXX – Ações de família..... 263***Marina Pacheco Cardoso Dinamarco***

- 2.674. ações litigiosas de família 263
- 2.675. mediação e conciliação 266
- 2.676. procedimento específico..... 267

Capítulo CLXXXI – Ação monitória..... 271***José Rogério Cruz e Tucci***

- 2.677. introdução 271
- 2.678. enquadramento topológico (interação entre direito e processo) 273
- 2.679. conceito e características..... 274
- 2.680. legitimação ativa e passiva – intervenção de terceiros 275
- 2.681. viabilidade de ajuizamento em face da Fazenda Pública..... 276
- 2.682. fase procedimental preambular: requisitos da petição inicial (causa de pedir e pedido) 278
- 2.683. significado da locução “prova escrita”..... 280
 - 2.683.1 conceito de “prova escrita” 280
 - 2.683.2 justificativa para a exigência da “prova escrita” 282
 - 2.683.3 elementos intrínsecos da “prova escrita” 284
- 2.684. natureza da decisão liminar e recurso cabível..... 287
- 2.685. atitudes do réu e efeitos da decisão liminar 288
- 2.686. ato decisório liminar e hipoteca judiciária 290
- 2.687. regime dos embargos ao mandado e ampliação do objeto litigioso – expressa possibilidade de reconvenção 292
 - 2.687.1 aspectos gerais..... 292
 - 2.687.2 efeito do recurso de apelação 294

2.688.	constituição do título executivo judicial	296
2.689.	limites da preclusão e da cognição nos futuros embargos à execução.....	296
2.690.	previsão de cabimento de ação rescisória	299
2.691.	repressão ao dolo processual.....	300
2.692.	hipóteses de cabimento	301
2.692.1	situações extraídas da praxe forense.....	301
2.692.2	“cheque prescrito”	304
2.692.3	contrato de abertura de crédito	307
2.693.	considerações conclusivas	308
	Referências Bibliográficas	309

Capítulo CLXXXII – Homologação do penhor legal 313

Helena Mechlin Wajsfeld Cicaroni

2.694.	o penhor no direito material.....	313
2.695.	o penhor legal.....	316
2.696.	procedimento da ação de homologação judicial do penhor legal	318
2.696.1	defesa do réu e conversão do procedimento especial em comum.....	319
2.696.2	sentença homologatória e recurso.....	321
2.697.	homologação extrajudicial do penhor legal	324
	Referências Bibliográficas	326

Capítulo CLXXXIII – Regulação de avaria grossa 327

Marcelo Pacheco Machado

2.698.	a avaria grossa.....	327
2.699.	a especialidade do procedimento	329
2.700.	avaría grossa e procedimento comum.....	330
2.701.	pedido e natureza dúplice.....	332
2.702.	eleição consensual do regulador	333
2.703.	nomeação judicial	334
2.704.	competência	335
2.705.	legitimidade.....	336
2.706.	admissibilidade do procedimento	337
2.707.	contraditório sobre admissibilidade	338

2.708.	procedimento para liberação da carga.....	338
2.709.	ausência de garantias.....	339
2.710.	contraditório, instrução e fixação de prazo pelo regulador	340
2.711.	regulamento de avaria grossa.....	341
2.712.	impugnação	342
2.713.	provimento jurisdicional	343
2.714.	recorribilidade	343
2.715.	posição jurídica do regulador.....	344
	Referências Bibliográficas	345

Capítulo CLXXXIV – Restauração de autos..... 349

Daniel Menegassi Zotareli

2.716.	o processo, os autos e a eventual necessidade de restauração destes	349
2.717.	processo incidental.....	351
2.718.	jurisdição contenciosa.....	352
2.719.	o interesse público na restauração.....	353
2.720.	princípio da colaboração	354
2.721.	restauração sem inovações ou alterações.....	355
2.722.	interesse processual – desaparecimento dos autos.....	356
2.723.	as posições detidas na restauração dos autos – efetiva participação de todos os envolvidos	359
2.724.	legitimidade ativa.....	360
2.725.	legitimidade passiva.....	362
2.726.	o procedimento especial para restauração dos autos – petição inicial...	362
2.727.	suspensão do processo – força maior	365
2.728.	contestação – possíveis posturas do réu.....	366
2.729.	sem reconvenção – duplicidade da demanda	369
2.730.	repetição de atos.....	370
2.731.	prova oral	371
2.732.	prova pericial	372
2.733.	prova documental.....	373
2.734.	a decisão sobre a restauração – tutela meramente declaratória.....	373
2.735.	aparição dos autos originais	374

2.736. responsabilidade pelo desaparecimento – custos do processo.....	376
2.737. responsabilização civil, penal e funcional	377
Referências Bibliográficas	378

Capítulo CLXXXV– Notificação, interpelação e protesto 381

Júlio César Fernandes

2.738. introdução	381
2.739. conceito.....	382
2.740. procedimento.....	385
2.741. ausência de contraditório	389
2.742. protesto contra alienação de bens	389
2.743. conclusão.....	391
Referências Bibliográficas	391

Capítulo CLXXXVI – Alienação judicial..... 393

Fabio Guidi Tabosa Pessoa

2.744. alcance da expressão “alienação judicial”	393
2.745. alienação judicial como objeto de procedimento especial de jurisdição voluntária.....	397
2.746. confronto com a disciplina procedimental anterior	400
2.747. abrangência restrita da regra do art. 730 do CPC-2015	403

Capítulo CLXXXVII – Divórcio e separação consensuais, extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens do matrimônio..... 407

Marina Pacheco Cardoso Dinamarco

2.748. homologação do divórcio ou da separação consensual.....	407
2.749. requisitos para a realização via escritura pública.....	412
2.750. alteração consensual do regime de bens do casamento	413
Referências Bibliográficas	413

Capítulo CLXXXVIII – Registro de testamento e de codicilo 415

Francisco José Cahali

2.751. considerações iniciais.....	415
------------------------------------	-----

2.752.	sobrevoos nas disposições de última vontade	416
2.753.	do processo necessário de registro de testamento e codicilo	419
2.753.1	legitimidade para se requerer o registro de testamento... ..	424
2.753.2	da importância e finalidade específica do registro de acordo com a forma do testamento.....	425
2.753.3	participação dos herdeiros, do testamenteiro e do Ministério Público no processo de registro de testamento.....	427
2.753.4	do procedimento e suas particularidades para cada uma das formas de testamento.....	429
2.753.5	finalização do processo de registro no curso da ação de invalidação do testamento.....	432
2.754.	do testamenteiro	433
2.755.	registro de testamento e inventário extrajudicial	434
	Referências Bibliográficas	436

Capítulo CLXXXIX – Herança jacente, bens de ausentes e coisas

vagas	437
--------------------	-----

Marcelo José Magalhães Bonizzi

2.756.	considerações gerais.....	437
2.757.	aspectos procedimentais.....	438
2.758.	breves notas sobre os “bens dos ausentes”	441
2.759.	a regulação das denominadas “coisas vagas” prevista no art. 746 do CPC	442
2.760.	considerações finais	443

Capítulo CXC – Interdição, curatela e tutela	445
---	-----

Julia Prado Mascarenhas

2.761.	considerações introdutórias.....	445
2.762.	procedimento de jurisdição voluntária.....	446
2.763.	Estatuto da Pessoa com Deficiência	448
2.764.	tomada de decisão apoiada (CC, art. 1.783-A)	450
2.765.	legitimidade ativa.....	451
2.766.	petição inicial.....	452
2.767.	tutela provisória	453

2.768.	citação e defesa	453
2.769.	instrução processual	454
2.770.	sentença de interdição	455
2.771.	extinção ou modificação da interdição.....	457
2.772.	tutela e curatela	457
2.773.	disciplina da tutela	458
2.774.	nomeação do tutor ou curador.....	458
2.775.	dispensa da tutela ou curatela	459
2.776.	remoção do tutor ou curador.....	459
2.777.	cessação da tutela ou curatela	460
2.778.	prestação de contas	461
	Referências Bibliográficas	461

Capítulo CXCI – Organização e fiscalização das fundações 463

Caroline Dal Poz Ezequiel

2.779.	as fundações, a sua relevância social e o procedimento para sua organização e fiscalização.....	463
2.780.	natureza jurídica das fundações e a sua submissão ao procedi- mento disposto no Código de Processo Civil	465
2.781.	instituição da fundação: elaboração do estatuto e sua aprovação	466
2781.1	elaboração do estatuto fundacional pelo Ministério Público	468
2.781.2	suprimento judicial de aprovação estatutária: principais questões procedimentais.....	469
2.782.	alteração do estatuto fundacional.....	472
2.783.	extinção da fundação.....	474
	Referências Bibliográficas	476

Capítulo CXCII – Ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo 479

Marcelo Pacheco Machado

2.784.	a situação de direito material adjacente	479
2.785.	o ato de ratificação	480
2.786.	o procedimento.....	481

2.787. sentença.....	483
Referências Bibliográficas	484

Capítulo CXCI – Exibição de documento ou coisa 485

Márcia Conceição Alves Dinamarco

2.788. localização do instituto	485
2.789. exibição de documento e produção antecipada de prova.....	486
2.790. exibição de documento e o dever de colaborar.....	488
2.791. requisitos do pedido de exibição de documento ou coisa.....	488
2.792. procedimento da exibição de documento ou coisa	489
2.793. inadmissão da recusa de apresentar o documento ou coisa	490
2.794. ônus de exibição e consequências de sua não apresentação – em face da parte	490
2.795. medidas de sub-rogação.....	491
2.796. dever de exibição do documento ou coisa pelo terceiro	493
2.797. procedimento de exibição de documento ou coisa em face de terceiro	493
2.798. sanções ao terceiro que se recuse à exibição	494
2.799. justa recusa na exibição do documento ou coisa	494
2.800. justa recusa parcial.....	494
2.801. natureza jurídica da decisão	495
2.802. verbas sucumbenciais.....	495
Referências Bibliográficas	495

Capítulo CXCI – Homologação de sentença estrangeira 497

André de Albuquerque Cavalcanti Abbud

2.803. introdução: processo homologatório e juízo de delibação.....	497
2.803.1 natureza do procedimento e do provimento homologatório.....	500
2.804. o conceito de sentença (e decisão) estrangeira	501
2.805. eficácia e autoridade da sentença dependentes de homologação	503
2.806. fontes do direito aplicável ao reconhecimento de sentenças es- trangeiras.....	505
2.807. pressupostos de admissibilidade do julgamento do mérito.....	506

2.807.1	interesse jurídico na homologação.....	506
2.807.2	partes legítimas no processo de homologação.....	508
2.807.3	inexistência de fatos impeditivos: “litispendência” e coisa julgada	509
2.807.4	documentos indispensáveis à propositura da demanda homologatória	510
2.808.	causas oponíveis à homologação de sentenças estrangeiras: limites.....	512
2.809.	causas oponíveis à homologação de sentenças judiciais estrangeiras.....	513
2.809.1	incompetência da autoridade estrangeira (CPC, arts. 963, inc. I, e 964).....	513
2.809.2	citação irregular (CPC, art. 963, inc. II).....	514
2.809.3	ineficácia no país de origem (CPC, art. 963, inc. III).....	514
2.809.4	ofensa à coisa julgada brasileira (CPC, art. 963, inc. IV).....	515
2.809.5	ofensa manifesta à ordem pública nacional (CPC, art. 963, inc. VI).....	515
2.810.	causas oponíveis à homologação de sentenças arbitrais estrangeiras....	517
2.810.1	incapacidade das partes na convenção de arbitragem (CNI, art. V.1.a; LArb, art. 38, inc. I).....	518
2.810.2	invalidade objetiva da convenção de arbitragem (CNI, art. V.1.a; LArb, art. 38, inc. II)	519
2.810.3	falta de notificação e violação ao contraditório e à ampla defesa (CNI, art. V.1.b; LArb, art. 38, inc. III)	523
2.810.4	sentença fora dos limites da convenção de arbitragem (CNI, art. V.1.c; LArb, art. 38, inc. IV)	526
2.810.5	desacordo entre a instituição da arbitragem e a convenção (CNI, art. V.1.d; LArb, art. 38, inc. V).....	527
2.810.6	sentença ainda não obrigatória, anulada ou suspensa no país de origem (CNI, art. V.1.e; LArb, art. 38, inc. VI).....	528
2.810.7	litígio não arbitrável segundo a lei brasileira (CNI, art. V.2.a; LArb, art. 39, inc. I).....	531
2.810.8	violação à ordem pública nacional (CNI, art. V.2.b; LArb, art. 39, inc. II).....	532
2.811.	homologação parcial	533
2.812.	tutelas provisórias: concessão e reconhecimento.....	534

2.813.	procedimento, recursos e execução.....	537
2.814.	ação rescisória.....	540
	Referências Bibliográficas	541

Título XXXIX – Tutela coletiva e do patrimônio público

Capítulo CXCV – Ação civil pública	547
---	------------

Pedro da Silva Dinamarco

2.815.	terminologia	547
2.816.	legislação aplicável	548
2.817.	matérias	549
2.818.	espécies de direitos metaindividuais	551
2.819.	processo especial – e não procedimento especial	553
2.820.	competência	554
2.821.	relação com os processos individuais	554
2.822.	legitimidade ativa extraordinária	555
2.823.	legitimidade e litisconsórcio passivos.....	559
2.824.	intervenção de terceiros	559
2.825.	ação civil pública passiva.....	560
2.826.	inquérito civil.....	561
2.827.	prova	563
2.828.	tutela provisória	564
2.829.	prescrição	566
2.830.	meios de impugnação das decisões.....	568
2.831.	negócio processual	568
2.832.	coisa julgada.....	570
2.833.	liquidação e cumprimento da sentença coletiva.....	573
2.834.	custas, despesas e honorários.....	575
	Referências Bibliográficas	576

Capítulo CXCVI – Ação popular.....	579
---	------------

Fernão Borba Franco

2.835.	considerações iniciais.....	579
2.836.	legitimidade ativa.....	580

2.837.	legitimidade passiva.....	581
2.838.	é possível a mudança de polo no processo.....	582
2.839.	o Ministério Público.....	582
2.840.	o juiz.....	583
2.841.	o objeto do processo.....	583
2.842.	a demanda	585
2.843.	providências preliminares	585
2.844.	instrução.....	587
2.845.	sentença.....	588
2.846.	meios de impugnação.....	589
2.847.	ônus de sucumbência e regime de custas.....	590
2.848.	cumprimento da sentença.....	590
2.849.	prescrição	591
2.850.	considerações finais	591
	Referências Bibliográficas	592

Capítulo CXCVII – Mandado de segurança coletivo..... 595

Carlos Alberto de Salles | Susana Henriques da Costa

2.851.	conceito e finalidade	595
2.852.	mandado de segurança coletivo e institutos afins	597
2.853.	o objeto do mandado de segurança coletivo	601
2.854.	legitimidade.....	604
2.855.	litispendência e coisa julgada.....	608
2.856.	limites no mandado de segurança e suas limitações	612
2.857.	conclusões: seria possível uma sistematização epistemológica?	615
	Referências Bibliográficas	616

Capítulo CXCVIII – Ação de improbidade administrativa..... 617

Flávio Luiz Yarshell

2.858.	premissas: especialidade do processo – significado e desdobramentos.....	617
2.859.	a tutela da probidade administrativa no direito positivo brasileiro: premissas a nortear a adaptação e a especialidade do processo – direito administrativo sancionador.....	619

2.860.	jurisdição.....	621
2.861.	competência	623
2.862.	legitimidade e interesse.....	624
2.863.	litisconsórcio	627
2.864.	intervenção de terceiros	628
2.865.	tutela provisória	631
2.866.	fase postulatória	634
2.867.	fase de julgamento conforme o estado do processo: extinção do processo, julgamento antecipado do mérito (total ou parcial) e saneamento.....	637
2.868.	fase instrutória.....	638
2.869.	fase decisória.....	639
2.870.	fase recursal	641
2.871.	liquidação e cumprimento.....	642
2.872.	direito intertemporal.....	643

Título XL – Controle de constitucionalidade e remédios constitucionais

Capítulo CXCIX – Ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade

Eduardo Talamini

2.873.	introdução: processo objetivo – carga política.....	647
--------	---	-----

Primeira parte: ação direta de inconstitucionalidade

2.874.	origem e desenvolvimento	650
2.875.	objeto.....	651
2.876.	parâmetro de controle	656
2.877.	fungibilidade entre ADI e ADPF.....	657
2.878.	legitimados ativos	658
2.879.	legitimidade passiva.....	661
2.880.	participação do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República.....	662
2.881.	intervenção de terceiros	663
2.882.	petição inicial.....	665

2.883.	cumulação de pedidos	666
2.884.	indeferimento da inicial	667
2.885.	emenda à petição inicial.....	668
2.886.	procedimento.....	668
2.887.	providências instrutórias	670
2.888.	impossibilidade de desistência.....	671
2.889.	reunião de ações.....	671
2.890.	suspeição e impedimento: excepcionalidade	671
2.891.	medida urgente.....	672
 Segunda parte: ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....		675
2.892.	origem e finalidade.....	675
2.893.	processo objetivo	676
2.894.	objeto e parâmetro de controle.....	676
2.895.	legitimidade, sujeitos secundários e intervenção de terceiros	677
2.896.	petição inicial e procedimento	678
2.897.	medida urgente.....	679
2.898.	fungibilidade e cumulatividade com a ADI	680
 Terceira parte: ação declaratória de constitucionalidade		680
2.899.	origem e evolução	680
2.900.	caráter objetivo do processo.....	681
2.901.	objeto e parâmetro de controle.....	681
2.902.	legitimidade ativa.....	681
2.903.	interesse de agir.....	682
2.904.	a ausência de um legitimado passivo: necessidade de interpretação conforme – intervenção de terceiros	682
2.905.	petição inicial.....	684
2.906.	procedimento.....	685
2.907.	medida urgente.....	685
 Quarta parte: a decisão final na ADI, ADO e ADC		686
2.908.	deliberação: quóruns e publicidade.....	686
2.909.	o caráter dúplice da ADI e da ADC: limite	687

2.910.	irrecorribilidade e irrescindibilidade.....	688
2.911.	efeitos da decisão final da ADI e da ADC.....	689
2.912.	a supressão da norma inconstitucional.....	692
2.913.	os limites à autoridade e eficácia da decisão declaratória de cons- titucionalidade e da decisão de interpretação conforme	693
2.914.	limites temporais – modulação de efeitos.....	695
2.915.	conteúdo e efeitos da decisão final da ADO	697
2.916.	estabilidade da decisão final.....	698
	Referências Bibliográficas	700

Capítulo CC – Arguição de descumprimento de preceito fundamental..... 703

Ricardo de Barros Leonel

2.917.	introdução	703
2.918.	posicionamento sistêmico da ADPF no cenário constitucional e legal brasileiro.....	704
2.919.	ADPF no contexto do controle de constitucionalidade.....	705
2.920.	ADPF sob a perspectiva dos procedimentos especiais	710
2.921.	natureza e finalidade da ADPF: objeto do controle	711
2.922.	ainda a natureza e finalidade: preceito fundamental e subsidiarie- dade	713
2.923.	aspectos do procedimento	714
2.924.	partes: legitimados	715
2.925.	legitimados e pertinência temática.....	716
2.926.	intervenção do Ministério Público	719
2.927.	causa de pedir.....	720
2.928.	pedido.....	721
2.929.	tutela de urgência	723
2.930.	intervenção de terceiros: particularidades.....	724
2.931.	decisão.....	725
2.932.	efeitos da decisão	727
2.933.	possibilidade de modulação dos efeitos da decisão	728
2.934.	meios de impugnação.....	729
2.935.	a título de conclusão.....	733
	Referências Bibliográficas	733

Capítulo CCI – Mandado de injunção..... 737***João Francisco Naves da Fonseca***

2.936.	previsão normativa, natureza jurídica e objeto	737
2.937.	controle judicial das chamadas “omissões parciais”	739
2.938.	competência	740
2.939.	legitimidade ativa.....	741
2.940.	legitimidade passiva.....	741
2.941.	procedimento.....	742
2.942.	decisão final	743
2.943.	análise crítica da eficácia da decisão à luz da evolução jurisprudencial e da lei	744
2.944.	a provisoriedade da decisão do mandado de injunção	748
2.945.	continuação: revisão judicial da decisão transitada em julgado	749
2.946.	mandado de injunção coletivo	749

Capítulo CCII – Mandado de segurança..... 753***José Roberto dos Santos Bedaque***

2.947.	considerações gerais.....	753
2.947.1	espécies de tutela jurisdicional.....	755
2.947.2	tutelas cognitivas precedidas de cognição exauriente	756
2.947.3	tutela mandamental.....	757
2.947.4	caracterização da denominada tutela mandamental.....	759
2.947.5	sentenças mandamental e executiva: características.....	761
2.948.	especificidades processuais do mandado de segurança: o direito líquido e certo	767
2.949.	início do processo	770
2.950.	legitimidade passiva e ilegalidade do ato.....	771
2.951.	liminar.....	773
2.951.1	requisitos para concessão da liminar	775
2.951.2	recurso	778
2.952.	indeferimento da inicial: prazo decadencial(?)	778
2.953.	Ministério Público.....	780
2.954.	mandado de segurança: restrições quanto ao cabimento por inexistência manifesta do interesse processual.....	780

2.955.	decisão final e recurso	782
2.956.	honorários advocatícios	785

Capítulo CCIII – “Habeas data” 787

Fernando Fontoura da Silva Cais

2.957.	objeto da proteção constitucional.....	787
2.958.	legitimidade ativa e passiva	790
2.959.	necessidade de requerimento extrajudicial	791
2.960.	ampliação da garantia constitucional?	793
2.961.	procedimento.....	794
2.962.	impossibilidade de produção probatória?	796
2.963.	competência	797
2.964.	recursos e reexame necessário	799
2.965.	tutela de urgência e suspensão da ordem	802
2.966.	coisa julgada.....	803
2.967.	tramitação prioritária e celeridade	804
2.968.	custo do processo e honorários advocatícios	804

Título XLI – Locação

Capítulo CCIV – Ações de despejo..... 809

Oswaldo Daguano Júnior

2.969.	procedimento especial: pontuais desvios do procedimento comum... 809
2.970.	generalidades..... 810
2.971.	petição inicial..... 812
2.972.	legitimidade..... 812
2.973.	competência
2.974.	valor da causa..... 814
2.975.	resposta do réu
2.976.	efeito dos recursos e execução provisória..... 819
2.977.	tramitação dos processos e recesso forense
2.978.	ordem de despejo liminar..... 825
2.979.	pacífica convivência com as tutelas provisórias do CPC..... 828
2.980.	intervenção coata do sublocatário

2.981. natureza jurídica da sentença	832
Referências Bibliográficas	834

Capítulo CCV – Ação de consignação de aluguel e de acessórios da locação

837

Francisco Ettore Giannico Neto

2.982. introdução	837
2.983. considerações gerais sobre a ação consignatória de aluguel e acessórios da locação	838
2.984. consignação extrajudicial de aluguel e acessórios da locação	842
2.985. procedimento judicial da ação consignatória de aluguel e acessórios da locação.....	843
2.986. foro competente	843
2.987. legitimidades ativa e passiva.....	844
2.988. valor da causa.....	845
2.989. da petição inicial	846
2.990. da citação	846
2.991. do depósito quando recebida a petição inicial e determinada a citação	847
2.992. do depósito das prestações vincendas	849
2.993. contestação.....	850
2.994. a possibilidade de oferecer reconvenção.....	852
2.995. as possíveis atitudes do autor após a manifestação do réu (contestação ou reconvenção)	854
2.996. levantamento dos valores incontroversos	855
2.997. sentença, honorários e recurso	855
2.998. do pedido de consignação de chaves	857
2.999. conclusão.....	858
Referências Bibliográficas	858

Capítulo CCVI – Ação renovatória

861

Luis Guilherme Aidar Bondioli

3.000. considerações iniciais e requisitos materiais.....	861
3.001. procedimento nada especial	863
3.002. petição inicial e limites da demanda	864

3.003.	resposta do réu, limites da reconvenção e ausência de duplicidade ...	866
3.004.	consolidação das postulações das partes e fases ordinatória, instrutória e decisória.....	867
3.005.	recursos e cumprimento da sentença.....	870

Capítulo CCVII – Ação revisional de aluguel 871

Daniel Raichelis Degenszajn

3.006.	ação revisional de aluguel na teoria dos procedimentos especiais	871
3.007.	a disciplina legal da ação revisional de aluguel e os fundamentos sociais e políticos da existência de um procedimento especial.....	874
3.008.	legitimidade e litisconsórcio	881
3.009.	do aluguel provisório	883
3.010.	valor da causa.....	884
3.011.	pedido.....	885
3.012.	da competência.....	886
3.013.	da audiência inicial	886
3.014.	a disciplina dos honorários de sucumbência.....	887
3.015.	a exigência (e natureza jurídica) do prazo de três anos estabelecido em lei para revisão judicial do aluguel (LI, art. 19, <i>caput</i>).....	890
3.016.	a (in)admissibilidade da sentença <i>ultra petita</i> ? – isonomia e princípios de direito processual	894
	Referências Bibliográficas	898

Título XLII – Outros procedimentos

Capítulo CCVIII – Procedimento arbitral 901

Carlos Alberto Carmona

3.017.	um procedimento rebelde.....	901
3.018.	liberdade com responsabilidade.....	902
3.019.	limites.....	904
3.020.	a Lei de Arbitragem e os elementos estruturais básicos do procedimento	904
3.021.	a teoria geral do processo e os elementos estruturais básicos do procedimento.....	908
3.022.	órgãos arbitrais e os procedimentos arbitrais.....	914
3.023.	confidencialidade	915

3.024.	procedimento arbitral no terceiro milênio.....	917
--------	--	-----

Capítulo CCIX – Juizados especiais..... 919

Melina Martins Merlo Fernandes

3.025.	o microsistema dos juizados especiais cíveis.....	919
3.026.	competência	920
3.027.	valor da causa.....	924
3.028.	partes.....	925
3.028.1	intervenção de terceiros.....	926
3.029.	pedido inicial.....	927
3.029.1	requisitos do pedido	927
3.029.2	tutela de urgência	927
3.030.	citação e intimação.....	928
3.031.	contagem dos prazos e contestação.....	928
3.032.	audiência	929
3.033.	julgamento.....	930
3.034.	recursos	931
3.035.	da execução.....	933
	Referências Bibliográficas	934

Capítulo CCX – Procedimentos relativos a bens alienados fiduciariamente 935

José Carlos Baptista Puoli

3.036.	introdução: a alienação fiduciária – aspectos gerais	935
3.037.	procedimentos decorrentes da mora em caso de obrigações garantidas por alienação fiduciária	938
3.037.1	a “execução” da garantia quando móvel a coisa dada em alienação fiduciária	939
3.037.2	a “execução” da garantia quando imóvel a coisa dada em alienação fiduciária.....	944
3.038.	conclusão.....	949
	Referências Bibliográficas	949

Capítulo CCXI – Ação de desapropriação..... 951

Ricardo de Carvalho Aprigliano

3.039.	considerações iniciais.....	951
3.039.1	conceito e disciplina legal.....	951
3.039.2	cabimento e tipos de desapropriação	952
3.040.	a ação de desapropriação	953
3.040.1	fase declaratória.....	954
3.040.2	fase executória.....	954
3.040.3	peculiaridades do procedimento da desapropriação	955
3.040.4	cabimento	957
3.040.5	legitimidade ativa	958
3.040.6	peculiaridades da petição inicial	959
3.040.7	competência.....	959
3.040.8	legitimidade passiva	959
3.040.9	conteúdo da defesa	959
3.040.10	procedimento	961
3.040.11	natureza do provimento jurisdicional.....	964
3.040.12	o regime dos juros decorrentes da desapropriação.....	966
3.040.13	desistência da desapropriação	967
	Referências Bibliográficas	969